



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Revisão e optimização das políticas laborais para o aumento da qualidade de emprego dos residentes

Com os esforços envidados ao longo dos anos pelos serviços da área laboral, foram lançadas, nos últimos anos, várias medidas de apoio sobre a formação profissional, o estágio, a certificação e o emprego, ajudando os residentes a obterem boas oportunidades de emprego, trabalho que merece reconhecimento.

O emprego é um assunto importante para o bem-estar da população. Em Outubro, o Presidente Xi Jinping publicou um artigo intitulado “Promoção do emprego pleno e de alta qualidade”, no qual se refere que a promoção do emprego pleno e de alta qualidade constitui um novo posicionamento e uma nova missão para os trabalhos na nova jornada e nova era. Embora a taxa de desemprego de Macau se mantenha num nível baixo, devemos continuar a promover o crescimento razoável da “quantidade” de emprego e o aumento eficaz da “qualidade”, otimizando as garantias laborais e as políticas de emprego.

Ao longo dos anos, o peso das remunerações dos trabalhadores no Produto Interno Bruto (PIB) tem sido baixo, o que não demonstra suficientemente o valor laboral dos mesmos. Mais, a qualidade do emprego não se limita ao valor das remunerações, pois há também que assegurar a garantia e o regime de descanso dos trabalhadores e prevenir os fenómenos sociais desfavoráveis.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

A “Lei Laboral”, de 1984, estipula que o período de férias anuais é de 6 dias, sem haver qualquer alteração há mais de 40 anos. Em comparação, no Interior da China, Hong Kong e Taiwan, o número de dias de férias aumenta consoante a antiguidade de serviço, e o limite máximo é de 15, 14 e 30, respectivamente. Por outro lado, apesar de Macau ter aumentado a licença de maternidade de 56 para 70 dias em 2020, ainda há certa diferença em relação às regiões vizinhas. Segundo os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, a prioridade actual é, até 2025, a de lutar pelo aumento da licença de maternidade remunerada de todas as entidades privadas de Macau para 90 dias, ou seja, igual à Função Pública, de modo a articular-se gradualmente com os padrões internacionais.

Mais, devemos focar-nos no aumento da qualidade do emprego a níveis de regime e individual. Os trabalhadores dos sectores da restauração e da construção civil queixam-se frequentemente de que os trabalhadores não residentes (TNR) trabalham sempre, de forma estável, a longo prazo, e os residentes acabam por trabalhar a tempo parcial ou a curto prazo. Mais, os jovens e as pessoas de meia-idade têm dificuldade no acesso ao emprego, e muitos jovens não são contratados por falta de experiência e outros por causa da verificação dos antecedentes. O Governo deve adoptar medidas para reprimir este fenómeno e, face à necessidade de quadros qualificados para o desenvolvimento económico, deve criar um sistema de apoio aperfeiçoado à formação profissional e ao emprego, política que se torna uma missão importante para o Governo.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O número de dias de férias anuais remuneradas definido por lei não aumenta há mais de 40 anos, e os feriados obrigatórios mantêm-se inalterados há 15 anos, desde 2008. Tendo em conta a realidade, o Governo vai ajustar e aumentar, oportunamente, o número de dias de férias anuais e de feriados obrigatórios para salvaguardar melhor os direitos e interesses dos trabalhadores quanto ao descanso, e otimizar as condições laborais? Dispõe de algum plano para atingir os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, aumentando o período da licença de maternidade remunerada de todas as entidades privadas para 90 dias, ou seja, igual à Função Pública?
2. A contratação de TNR visa suprir a insuficiência de recursos humanos locais, mas muitos empregadores contratam residentes em regime de tempo parcial, ou não os contratam por falta de experiência. Face a estes fenómenos, de que medidas dispõe o Governo para rever a concretização da prioridade dos residentes no acesso ao emprego? Vai lançar medidas para criar regimes de formação inicial, certificação profissional, estágio e emparelhamento profissional destinados a diferentes sectores, a fim de ajudar os candidatos no acesso ao emprego?
3. A existência de trabalhadores ilegais no mercado de trabalho e a falta de transparência do regime da verificação de antecedentes prejudicam gravemente os direitos e interesses dos trabalhadores legais. Com vista a salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores residentes e a criar



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

um ambiente de trabalho justo e ordenado, como é que o Governo vai reforçar a regulamentação sobre a contratação por parte dos empregadores?

5 de Novembro de 2024

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Sun lok**